

**CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO****JULGAMENTO IMPUGNAÇÃO EDITAL**

Carta Convite nº 001/2010

Processo Administrativo nº 002/2010

Relatório.

Cuida-se de impugnação à carta convite nº 001/2010 apresentada pela empresa AMERICEL S/A - CLARO, inscrita no CNPJ sob o nº 01.685.903/0001-16, com sede na cidade de Brasília-DF, na SCN, Quadra 3, Bloco A, Parte loja 02 Térreo, 2º e 9º pavimentos, Edifício Estação Telefônica Centro Norte, na qual se alega ilegalidades constantes no instrumento convocatório.

Nas razões da impugnação, sob a denominação de nº 1- DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, impugna o Parágrafo primeiro da cláusula quinta, aduzindo a impossibilidade de desconto das penalidades das faturas, pois deve haver o devido processo legal antes do pagamento destas penalidades.

Sob a denominação de nº 2 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, afirma que o prazo de duração do contrato, 30/12/2010, está em flagrante desacordo com o art. 57 da Lei 8.666/93.

Pede o recebimento da impugnação no efeito suspensivo e finalmente a suspensão do presente “Pregão” para que sejam os itens impugnados adequados à normativa vigente do serviço de telecomunicações e à Lei 8.666/93 ou anulação do certame em referência.

ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

A doutrina aponta como pressupostos dessa espécie de recurso administrativo, cuja existência concreta deve ser preliminarmente aferida: a manifesta tempestividade, a inclusão de fundamentação e de pedido de reforma do instrumento convocatório.

O § 2º do Art. 41 da Lei 8.666/93 estabelece como termo final para impugnação dos termos do edital de licitação perante a Administração o segundo dia útil que antecede a abertura dos envelopes de habilitação para o licitante.

A impugnante foi convidada a participar do certame, e, no dia 24/02/2010, via e-mail, apresentou impugnação. Considerando que a data para entrega dos



envelopes fora fixada para o dia 01/03/2010, tem-se que a mesma é tempestiva.

Preenchidos também os demais requisitos doutrinários, pois a petição é fundamentada e contém o necessário pedido de retificação da Carta Convite.

DO MÉRITO

1. A impugnação do Parágrafo primeiro da cláusula quinta, sob argumento da impossibilidade de desconto das penalidades das faturas, pois deve haver o devido processo legal antes do pagamento destas penalidades, é insubsistente.

A interpretação de que a previsão constante no parágrafo primeiro da cláusula quinta, de possibilidade de desconto dos valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas, dos pagamentos, desrespeita o devido processo legal é temerária.

Primeiramente, a análise da minuta do contrato deve ser considerada em sua totalidade. Na cláusula nona – das obrigações do contratante, na letra b está estabelecido que a contratante se obriga a “comunicar à contratada qualquer irregularidade manifestada na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretórias pertinentes”. Diante de eventual descumprimento do avençado por parte da contratada, esse é o primeiro passo a ser adotado.

A seguir na cláusula décima primeira – das sanções administrativas, o parágrafo terceiro estabelece que: “A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, **assegurando-lhe o contraditório e a ampla defesa.** (Grifo inserido)

E por fim o parágrafo quarto prevê: “As multas poderão ser cumuladas e **serão descontadas dos valores devidos à contratada, se houver,** ou cobradas judicialmente.” (Grifo inserido)

Portanto, observa-se que a ilegalidade apontada não existe, a simples interpretação contextualizada da minuta do contrato afasta qualquer dúvida quanto a previsão e respeito ao princípio do contraditório e ampla defesa, sendo despidendo outras fundamentações.

2. A alegação de que o prazo de duração do contrato, 30/12/2010, está em flagrante desacordo com o art. 57 da Lei 8.666/93, é despropositada e equivocada.

Consoante a regra invocada pela impugnante – art. 57 da Lei 8.666/93, os contratos administrativos devem ser celebrados por prazo determinado e nenhuma contratação poderá ter prazo de vigência que ultrapasse o crédito orçamentário a que se vincular.

Os créditos orçamentários têm a duração de um ano e os contratos,



como regra geral, deverão também ter sua duração em igual período. Tais créditos vigoram durante cada exercício financeiro, entre 1º de janeiro e 31 de dezembro.

Saliente-se que a Câmara Municipal tem a peculiaridade de que o período compreendido entre o dia 22 de dezembro e o mês de janeiro é recesso parlamentar (Art. 57 da Constituição Federal e aplicação do Princípio da Simetria), sendo este o motivo dos procedimentos licitatórios serem formalizados a partir de fevereiro.

De qualquer sorte, os contratos administrativos celebrados pela Câmara Municipal só podem vigorar até o final do exercício financeiro, pois seus créditos orçamentários vigoram apenas até o dia 31 de dezembro, com a possibilidade excepcional de prorrogação dos mesmos, nos casos e prazos estabelecidos na Lei das Licitações.

Considerando ainda a impossibilidade de celebração de contrato administrativo retroativo, verifica-se que o prazo de duração do contrato não está em desacordo com o art. 57 da Lei 8.666/93, pelo contrário, obedece ao referido preceito normativo.

DECISÃO

Destarte, presente o requisito de forma, prescrito em lei, a impugnação reúne as condições para ser conhecida, e no mérito, o pleito da impugnante é **IMPROCEDENTE**, razão pela qual se decide manter inalterado o instrumento convocatório.

Certifique-se a impugnante.

Publique-se no site oficial da Câmara Municipal para conhecimento dos demais interessados.

Junte-se aos autos do procedimento administrativo.

Jataí-GO, 25 de fevereiro de 2010.


Renata Silva Oliveira
Presidente da CPL

Eula Alves Costa
Membro CPL


Francisco José de Assis Cabral
Membro CPL